

Mulheres na Licenciatura em Música EaD da UERN: desafios e possibilidades de acesso à pesquisa acadêmica

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO

SUBÁREA: ST 11 - Música, Corpo, Gênero e Sexualidade

Jamilly Lidianne Freire de Mendonça
UERN
h2akids@gmail.com

Resumo

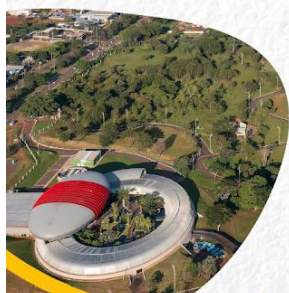
Esta comunicação apresenta resultados parciais de uma pesquisa que visa analisar os desafios e as possibilidades de acesso à pesquisa acadêmica por mulheres cisgênero no curso de Licenciatura em Música na modalidade EaD da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN. Com base na convivência cotidiana e na observação participante de três alunas, investiga como múltiplas jornadas, sobrecarga doméstica, maternidade atípica e limitações tecnológicas e logísticas influenciam suas trajetórias acadêmicas e seus primeiros passos na pesquisa. A análise se insere no contexto da implementação do novo marco regulatório da EaD (Decreto nº 12.456/2025), que redefine parâmetros de estrutura e funcionamento dos cursos superiores. Embora traga avanços, pode acentuar desigualdades se não forem criados incentivos específicos à pesquisa e à permanência de grupos vulnerabilizados. O estudo examina essas questões à luz da necessidade de políticas institucionais voltadas para a equidade e o estímulo à produção científica feminina. Para dar suporte à pesquisa, foram utilizados dados do IBGE que tratam da presença da mulher na educação superior e da sua dedicação aos cuidados domésticos e familiares. Apesar disso, enfrentam barreiras para a inserção científica, sobretudo em áreas com menor presença de mulheres. Propõe-se que as estratégias de incentivo à pesquisa considerem essas vivências múltiplas, promovendo condições mais equitativas para o engajamento e desenvolvimento acadêmico dessas futuras docentes.

Palavras-chave. Pesquisa, Mulheres, Educação a Distância, Licenciatura em Música, Gênero.

Title. Women in the UERN Distance Learning Music Degree: challenges and possibilities for access to academic research

Abstract. This This communication presents partial results of a study that analyzes the challenges and possibilities of academic research access for cisgender women enrolled in the Distance Learning bachelor's degree in music at University Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN. Based on daily interactions and participant observation of three students, it investigates how multiple responsibilities, domestic overload, atypical motherhood, and technological and logistical limitations influence their academic paths and initial experiences with research.

The analysis is situated within the context of the implementation of the new regulatory framework for Distance Education (Decree No. 12.456/2025), which redefines structural and operational parameters for higher education in Brazil. While the decree introduces



improvements, it may exacerbate existing inequalities unless specific incentives for research and retention of vulnerable groups are developed. The study approaches these issues through the lens of institutional policy aimed at equity and the promotion of female scientific production.

To support the research, data from IBGE were used, addressing women's participation in higher education and their engagement in domestic and caregiving duties. Despite these realities, they continue to face barriers to scientific integration, especially in fields where women are underrepresented. It is proposed that research incentive strategies take into account these multifaceted experiences, promoting more equitable conditions for academic engagement and development among these future educators.

Keywords. Research, Women, Distance Education, Degree in Music; Gender.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo investigar os desafios e as possibilidades de acesso à pesquisa acadêmica por mulheres cisgênero¹ licenciandas em Música da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), na modalidade Educação a Distância (EaD). O foco recai sobre a trajetória de três mulheres cisgênero que vivenciam o curso e são atravessadas por múltiplas jornadas e por contextos que perpassam os desafios e possibilidades de acesso a pesquisa na graduação na modalidade EaD.

A escolha deste tema se justifica pela observação e convivência cotidiana com colegas da Turma 2, que cursam o 4º período do curso de Licenciatura em Música da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte na modalidade EaD, que compartilham comigo não apenas conteúdos acadêmicos, mas também experiências marcadas por enfrentamentos com a tecnologia educacional, sobrecarga de responsabilidades, desafios logísticos para o deslocamento até o polo presencial, experiências de maternidade em contextos específicos, como o de uma mãe atípica, que enfrenta demandas únicas no cotidiano acadêmico.

Neste universo que me é bastante familiar, pois sou também estudante da mesma instituição e modalidade, passei a perceber que as questões compartilhadas por essas mulheres precisavam ser registradas, analisadas e socializadas com o rigor que a pesquisa científica exige. Assim, este trabalho representa um recorte de uma pesquisa em andamento, que visa acompanhar a trajetória de mulheres licenciandas em Música EaD da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, tendo como base os desafios e possibilidades de acesso à pesquisa acadêmica. Além de acompanhar as experiências dessas alunas na pesquisa, como evidenciado

¹Indivíduos nascem com um determinado sexo biológico e se reconhecem com as construções sociais que correspondem a esse gênero.



nesta comunicação, observo seus primeiros anseios em relação à pesquisa acadêmica. Já acompanho a jornada no ensino e pretendo, futuramente, acompanhar suas vivências na extensão universitária, a fim de reunir dados que subsidiem a elaboração do meu trabalho de conclusão de curso.

A relevância deste estudo reside na valorização de narrativas feitas por mulheres, historicamente marginalizadas nos debates acadêmicos em diferentes áreas do conhecimento científico bem como nas subáreas da Música, como Performance, Composição e Educação Musical. Embora essa invisibilização ocorra de forma ampla, o presente trabalho concentra-se na Educação Musical, buscando evidenciar como ela se expressa nesse campo específico, especialmente no processo formativo de mulheres. Através da observação participante, de relatos e da análise crítica, propõe-se colaborar com reflexões sobre inclusão, permanência e equidade na formação superior de mulheres. Tal abordagem se articula com o pensamento de Joan Scott (1995), ao afirmar que “o gênero é uma forma de dar significado às relações de poder”, o que nos convida a compreender como essas relações atravessam os percursos formativos das licenciandas em Música EaD investigadas nesta pesquisa.

Este trabalho insere-se num contexto de reestruturação da modalidade EaD, marcado pela vigência do novo marco regulatório, o Decreto nº 12.456, de maio de 2025, que redefine parâmetros de oferta e estrutura institucional dos cursos superiores no Brasil. Tal mudança, embora represente avanços na qualidade da formação, pode acentuar desigualdades de acesso e permanência, se não forem desenvolvidas estratégias específicas que considerem os múltiplos papéis sociais e realidades vivenciadas por essas mulheres.

Portanto, este estudo nasce como um gesto de escuta, resistência e construção coletiva. É um convite à universidade pública para que assuma efetivamente seu papel na promoção de uma educação mais equitativa, inclusiva e plural, onde a produção de conhecimento reflita não apenas os discursos institucionais, mas também os corpos, as vozes e as histórias de quem ousa permanecer.

Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de cunho etnográfico, fundamentada na vivência da própria pesquisadora enquanto mulher cisgênero, estudante do curso de Licenciatura em Música na modalidade de Educação a Distância (EaD) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). A escolha metodológica está amparada nas contribuições de Marconi e Lakatos (2003), que defendem a importância da



imersão ativa do pesquisador no contexto social investigado, considerando que a proximidade com os sujeitos e os espaços potencializa a compreensão dos fenômenos estudados.

Este trabalho representa um recorte de uma pesquisa em andamento que visa acompanhar, até a conclusão da graduação, a trajetória de três mulheres cisgênero, atualmente cursando o quarto período da Turma 2, em suas vivências acadêmicas, com especial atenção aos caminhos e barreiras de acesso à pesquisa científica. A escolha por acompanhar mulheres cisgênero não se deu por acaso, mas reflete a composição atual do curso analisado, no qual não foram identificadas estudantes trans, intersexo ou de outras identidades de gênero. Tal ausência, por si só, evidencia outra camada de exclusão e dificuldade de acesso e permanência enfrentada pelas múltiplas mulheridades² no ensino superior, especialmente no contexto da Educação a Distância (EaD).

A investigação tem se desenvolvido ao longo de um ano e meio, abrangendo interações virtuais em grupos de WhatsApp e fóruns no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA Moodle), além de encontros presenciais realizados durante as provas obrigatórias no polo de São Gonçalo do Amarante (RN). Como procedimento metodológico, foi utilizada a técnica de observação participante, com foco nos momentos avaliativos presenciais vivenciados no semestre 2025.1. Os registros foram concentrados especialmente nos intervalos entre provas, nas revisões realizadas entre as colegas e nos ensaios práticos de disciplinas como Flauta II, permitindo a identificação de estratégias coletivas de permanência, colaboração e enfrentamento das barreiras estruturais que perpassam ser aluna da EaD.

A coleta de dados envolveu, além da observação, a análise das interações e conteúdos compartilhados nos espaços virtuais da turma, compreendidos como territórios de troca, escuta e construção de pertencimento. Conforme destaca Moran (2007, p. 15), “Ambientes Virtuais de Aprendizagem são espaços digitais que possibilitam a interação entre sujeitos do processo educativo, promovendo a construção coletiva do conhecimento por meio de ferramentas tecnológicas”. Entre abril e julho de 2025, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três colaboradoras e aplicado um questionário contendo perguntas abertas e fechadas, enviado via WhatsApp. As entrevistas foram registradas em áudio, respeitando a preferência de cada participante. A amostragem foi definida de forma intencional, considerando critérios de acessibilidade, vínculo interpessoal e disponibilidade.

² Mulheridades são expressões plurais de ser mulher que rompem com a ideia de uma identidade feminina única e essencialista. O termo abarca corpos dissidentes, como mulheres negras, lésbicas, travestis, transexuais, intersexo, mães solo, mulheres com deficiência, e propõe uma escuta ampliada das experiências que desafiam os padrões normativos de gênero (Silva, 2024).

Todas as colaboradoras da pesquisa, assim como eu — também pesquisadora e estudante — somos as únicas mulheres da Turma 2, somando apenas quatro estudantes em meio a cerca de 30 matriculados no curso de licenciatura em Música da UERN/EaD que frequentam o polo de São Gonçalo do Amarante (RN). Esse dado evidencia uma significativa sub-representação feminina no curso, reforçando a relevância deste estudo. Acrescento ainda que há apenas uma professora vinculada à área de Educação Musical, o que limita as possibilidades de identificação e representatividade para alunas que buscam referências acadêmicas e profissionais no campo.

Diante desse cenário de sub-representação e da composição singular do grupo participante, a análise dos dados busca compreender, de forma sensível e crítica, os desafios enfrentados por essas mulheres no acesso à pesquisa acadêmica, como a ausência de grupos de pesquisa ativos no curso, a linguagem tecnicamente restritiva dos editais, os deslocamentos exigidos para atividades presenciais, a sobrecarga com trabalho e cuidado, e a ausência de estrutura nos polos para atender às demandas específicas das alunas. Ao mesmo tempo, são investigadas as possibilidades de acesso, como o apoio entre colegas, a busca por grupos de pesquisa externos, e a ampliação das práticas colaborativas durante os momentos avaliativos, que evidenciam o desejo de permanência e engajamento científico.

Esta pesquisa visa contribuir para o debate sobre políticas públicas e institucionais, apontando caminhos para que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão se efetive também no cotidiano das licenciandas em Música da UERN na EaD. Nesse sentido, torna-se fundamental refletir sobre o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, previsto constitucionalmente, e sua materialização ou ausência, na vivência cotidiana das estudantes da Licenciatura em Música EaD da UERN.

Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão na EaD: princípios e contradições

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um princípio fundamental da educação superior pública brasileira, que tem como objetivo garantir uma formação acadêmica integral, crítica e socialmente comprometida. Na prática, isso significa que a universidade deve não apenas transmitir conhecimento, mas também produzir saberes por meio da pesquisa e promover o diálogo com a sociedade através da extensão. Essa tríade visa formar sujeitos capazes de compreender a realidade de forma ampla e intervir nela com responsabilidade e criatividade. No contexto da Educação a Distância (EaD), esse princípio assume importância ainda maior, pois representa uma oportunidade de levar o direito à educação superior completa



a comunidades historicamente excluídas dos espaços acadêmicos. Na graduação, a EaD concentra-se nas mãos das universidades. “Compete às mesmas a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme previsto na Constituição Federal de 1988”. (BRASIL, 1988).

Apesar dessa diretriz constitucional, estudos apontam que nos cursos a distância a indissociabilidade ainda não se efetiva de forma plena. A base da atividade tende a ser o ensino, enquanto a pesquisa e a extensão não galgam os mesmos passos de institucionalização. Como afirmam Battini, Reis e França (2016), o desafio não está apenas em fazer pesquisa sobre a EaD, mas em garantir que haja pesquisa na EaD, permitindo que os estudantes dessa modalidade tenham acesso às mesmas oportunidades de iniciação científica que os alunos do presencial, assegurando qualidade e equidade na formação.

Podemos dizer que, na EaD, a base da atividade é o ensino, visto que a pesquisa e a extensão não galgaram os mesmos passos. O contexto dos cursos à distância carece da institucionalização da pesquisa e da extensão no seu interior. Não se trata apenas de fazer pesquisa sobre a EaD, mas de fazer pesquisa na EaD, possibilitando aos alunos dessa modalidade as mesmas condições de participação em pesquisa que é ofertada a alunos do ensino presencial e, consequentemente, a mesma qualidade nessa formação. (Battini; Reis; França, 2016, p. 202–203).

Essa crítica é reforçada por Bessa *et al.* (2025), que destacam a EaD como uma alternativa eficaz para democratizar o acesso ao ensino superior, mas alertam para os desafios específicos da iniciação científica nessa modalidade:

A EaD tem se mostrado uma alternativa eficaz para democratizar o acesso ao ensino superior, permitindo que estudantes de diferentes contextos sociais e geográficos tenham acesso à educação de qualidade. No entanto, esta modalidade apresenta desafios únicos, especialmente no que diz respeito à promoção da iniciação científica, uma vez que a interação direta entre estudantes e orientadores ocorre de maneira diferente do habitual. Assim, é crucial investigar como a iniciação científica é abordada e implementada no contexto do EaD, identificando boas práticas e áreas que necessitam de melhorias (Bessa *et al.*, 2025, p. 482).

Portanto, embora a EaD represente um avanço significativo na democratização do ensino superior, a efetivação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão permanece como um desafio a ser enfrentado pelas universidades públicas. É fundamental reconhecer que a formação integral dos estudantes depende da criação de ambientes que incentivem e viabilizem a produção de conhecimento, o diálogo com a comunidade e a valorização das



trajetórias acadêmicas plurais. Para que esse princípio constitucional se concretize no cotidiano da Educação a Distância, torna-se imprescindível refletir sobre quais políticas, estratégias e iniciativas podem promover uma institucionalização mais consistente da pesquisa no âmbito da EaD, o que será discutido na próxima seção deste trabalho.

Desafios ao Acesso à Pesquisa Acadêmica na Licenciatura em Música EaD da UERN

A vivência das alunas da modalidade EaD da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) mostra que o acesso à pesquisa acadêmica é condicionado por múltiplos atravessamentos sociais. As mulheres cisgênero entrevistadas na pesquisa enfrentam obstáculos ligados à maternidade, à precariedade do trabalho, à territorialidade e ao gênero, elementos que se entrelaçam, dificultando a permanência no curso e, consequentemente, o envolvimento com práticas de investigação científica.

Embora o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso de Licenciatura em Música da UERN na modalidade EaD afirme o compromisso com a iniciação científica e com a formação do professor pesquisador, observa-se que essas oportunidades se tornam distantes para grande parte das estudantes. A centralização das atividades acadêmicas, a escassez de editais com linguagem acessível, o contato limitado com docentes e a ausência de estrutura nos polos funcionam como barreiras invisíveis, mas persistentes, que afastam as alunas da pesquisa.

Para a apresentação de dados e depoimentos das participantes, extraídos das entrevistas realizadas no percurso da pesquisa, os nomes fictícios que serão utilizados são: Maria, Joana e Rita. Todas são alunas do curso de Licenciatura em Música da UERN na modalidade EAD. Cada aluna reside em cidades diferentes do polo em que estudam. Maria reside em Natal (RN), Joana em Parnamirim (RN) e Rita em Tibau do Sul, na Praia da Pipa (RN).

Maria, mãe atípica, destaca a ausência de rede de apoio e a rotina intensa de cuidados com o filho, o que a impede de acompanhar o curso com regularidade. A sobrecarga emocional e a falta de infraestrutura nos polos, como brinquedotecas ou espaços de apoio infantil, demonstram como a maternidade impacta diretamente a permanência e a possibilidade de participação em atividades extracurriculares, como a pesquisa. Rita, também mãe, reforça essa realidade ao mencionar os imprevistos familiares e o desafio de conciliar os estudos com o cuidado de três filhos em diferentes fases escolares. Ambas já deixaram de cursar disciplinas ou enfrentaram reprovações por não conseguirem acompanhar todas as exigências curriculares, o que evidencia como o perfil idealizado de estudante, jovem, disponível e sem dependentes, ainda orienta as estruturas de oferta da EaD.



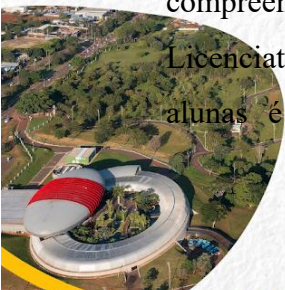
Joana, por sua vez, não relaciona sua experiência às questões de maternidade, mas aponta problemas de infraestrutura e comunicação institucional como obstáculos ao seu engajamento acadêmico. A ausência de equipamentos apropriados para provas práticas e a falta de informações claras sobre editais ou suporte à pesquisa refletem um distanciamento entre o curso EaD e os mecanismos que viabilizam a iniciação científica. Sua sugestão de criar espaços acústicos e recursos de captação de áudio reforça que a pesquisa também passa por condições técnicas e pelo reconhecimento da especificidade dos cursos como a Licenciatura em Música na EaD.

Essas experiências revelam que os desafios não são apenas individuais, mas estruturais. Mesmo com iniciativas que buscam evidenciar a pesquisa acadêmica, como o Simpósio de Educação EaD da UERN, realizado presencialmente em Mossoró (RN), mediante pagamento de taxa para participação e outra taxa para submissão de trabalhos, nota-se que essas ações ainda apresentam barreiras à democratização do acesso. O evento não foi híbrido, o que limita a presença de estudantes que vivem em cidades do interior, além da ausência de apoio institucional para custear deslocamentos. Há também atividades pontuais, como o curso sobre Metodologia do Trabalho Científico, ministrado por uma tutora do curso de Licenciatura em Música no formato on-line, bem como palestras relacionadas à pesquisa. No entanto, as alunas relatam a falta de oportunidades mais ativas e participativas, espaços em que possam apresentar seus trabalhos, compartilhar experiências e vivenciar efetivamente a iniciação científica.

A ausência de grupos de pesquisa ativos na modalidade EaD, a dificuldade de acesso a orientadores e a inexistência de editais inclusivos tornam a iniciação científica um território restrito. Por outro lado, os relatos também apontam caminhos possíveis: a solidariedade entre alunas, o desejo de produzir conhecimento e a percepção de que o curso representa uma oportunidade de transformação pessoal e profissional são potências que devem ser consideradas na construção de políticas mais democráticas.

Portanto, reconhecer essas trajetórias é fundamental para refletir sobre os limites da pesquisa acadêmica no contexto da EaD e propor estratégias institucionais que garantam equidade no acesso. Os depoimentos das colaboradoras se tornam, assim, evidências vivas da urgência em democratizar não apenas a pesquisa, mas a produção de saberes que valorizem as vozes das mulheres na educação musical.

A partir dos relatos das colaboradoras Maria, Rita e Joana, é possível aprofundar a compreensão dos desafios que atravessam o acesso à pesquisa acadêmica por mulheres na Licenciatura em Música EaD da UERN. As entrevistas revelam que o percurso formativo dessas alunas é marcado por sobrecarga de responsabilidades, barreiras estruturais e lacunas



institucionais, elementos que limitam a participação na iniciação científica e o envolvimento com práticas investigativas. A ausência de brinquedotecas, espaços de alimentação e suporte tecnológico nos polos reforça a ideia de que as alunas não são vistas como sujeitos plurais, com demandas específicas. Isso se reflete também na dificuldade de acesso às atividades extracurriculares e aos programas institucionais de iniciação científica, muitas vezes pensados para um perfil idealizado de estudante, jovem, sem filhos, urbano e disponível em tempo integral para poder acessar um grupo de pesquisa no formato presencial, pois não há um grupo de pesquisa que contemple essas alunas que só consegue participar caso seja na modalidade EaD.

Com base nos dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no informativo Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil (2022), é possível evidenciar como as desigualdades de gênero afetam diretamente o acesso e a permanência das mulheres na educação superior, especialmente na modalidade a distância. Mulheres brasileiras dedicam, em média, quase o dobro de horas semanais aos cuidados domésticos e familiares em relação aos homens, chegando a 23,5 horas semanais na região Nordeste, o que limita significativamente seu tempo disponível para estudos, produção acadêmica e envolvimento com a pesquisa.

Essa sobrecarga impacta de forma mais acentuada mulheres pretas ou pardas, mães e aquelas pertencentes às faixas de menor renda, reforçando os efeitos interseccionais das desigualdades estruturais. No contexto da Licenciatura em Música EaD da UERN, tais indicadores se materializam na rotina das alunas que lidam com múltiplas jornadas, falta de infraestrutura adequada nos polos e barreiras ao acesso à iniciação científica.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Música da UERN na modalidade EaD, uma das metas expressas é “desenvolver projetos com intuito de consolidar o grupo de pesquisa que atualmente está em fase de formação” (p. 150). No entanto, ao buscar informações sobre essa iniciativa, obtive a confirmação, por meio de um tutor do curso, de que o curso ainda não conta com um grupo de pesquisa em funcionamento. Essa ausência tem implicações diretas para estudantes que desejam iniciar uma trajetória acadêmica voltada à pesquisa.

Particularmente, nutro grande interesse em participar de projetos de Iniciação Científica (IC). No entanto, diante da ausência de estrutura institucional voltada à pesquisa no curso, busquei alternativas externas que pudessem atender a esse desejo formativo. Foi assim que passei a integrar o grupo de pesquisa GRUMOS – Grupo de Estudos e Pesquisa em Música, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), ampliando meu contato

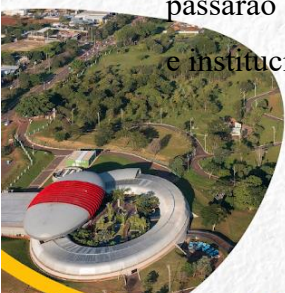


com a investigação acadêmica em música. Por meio desta comunicação, compartilho saberes, experiências e aprendizagens, reafirmando meu compromisso com a produção de conhecimento e com o fortalecimento da pesquisa entre licenciandas da modalidade EaD.

Embora essa experiência tenha ampliado significativamente meu contato com a pesquisa acadêmica em música, também tornou mais evidente, aos meus olhos, as desigualdades de acesso entre os estudantes da turma, especialmente entre as colegas mulheres. Muitas delas não possuem condições de se deslocar de suas cidades para vivenciar plenamente etapas fundamentais da formação acadêmica, como a participação em eventos presenciais, cursos e grupos de pesquisa, o que representa um obstáculo ainda mais significativo para aquelas que desejam dar continuidade à formação acadêmica por meio da pós-graduação, já que o acesso à pesquisa durante a graduação é frequentemente o principal caminho para garantir experiência, orientação e oportunidades que viabilizem acesso à orientação acadêmica e iniciativas formativas que ampliem as chances de ingresso em programas de mestrado *stricto sensu*.

A lacuna identificada revela a urgência de ativar políticas institucionais que fortaleçam a pesquisa no âmbito da Licenciatura em Música no EaD, sobretudo com foco em grupos de estudantes que enfrentam barreiras geográficas, econômicas e sociais. A criação efetiva de grupos de pesquisa no curso de Licenciatura em Música, na modalidade EaD, da UERN não só cumpriria o que está previsto no PPC, como também promoveria inclusão, pertencimento e oportunidades equitativas para todos os graduandos, especialmente para mulheres mães, mães atípicas, estudantes e trabalhadoras que lidam com dificuldades com os deslocamentos até os polos.

A promulgação do Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, representa um novo marco para a Educação a Distância no Brasil, ao estabelecer princípios que valorizam a qualidade acadêmica, a interação pedagógica e o compromisso social das instituições. Dentre os avanços, destaca-se a ênfase na promoção da aprendizagem com excelência, independentemente do formato de oferta, e na valorização dos polos EaD como espaços de identidade institucional e formação cidadã. No entanto, o decreto também explicita desafios: embora incentive o desenvolvimento de competências por meio das tecnologias, ainda não apresenta diretrizes específicas para a efetivação da iniciação científica na EaD. Além disso, cursos de licenciatura, como o de Música da UERN/EaD, que antes eram ofertados exclusivamente a distância, passarão a ser reconfigurados como semipresenciais, exigindo uma nova estrutura pedagógica e institucional para atender às exigências legais e garantir a qualidade da formação docente.



Essa transição impacta diretamente mulheres estudantes da Licenciatura em Música EaD da UERN, que enfrentam múltiplas jornadas de trabalho e barreiras estruturais para acessar a pesquisa acadêmica. Assim, torna-se urgente refletir sobre como o novo marco pode ser tensionado e ampliado para garantir equidade de acesso à pesquisa, especialmente para mulheres que encontram na EaD uma via de emancipação educacional e profissional.

Caminhos para o fortalecimento da pesquisa entre licenciandas em música na EaD

A transição dos cursos de Licenciatura em Música da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) para o formato semipresencial, em atendimento ao novo marco regulatório da EaD, representa não apenas uma mudança estrutural, mas também uma oportunidade de ressignificar a formação docente em música. O novo modelo favorece uma maior presencialidade, entendida como a presença física dos sujeitos em espaços educativos como salas de aula, polos de apoio e laboratórios, o que pode ampliar a qualidade das interações pedagógicas e fortalecer os polos como lugares de convivência, troca e construção coletiva do conhecimento, especialmente nas regiões interioranas onde a UERN atua. Entretanto, para que esses avanços se concretizem, torna-se necessário garantir investimentos em infraestrutura, capacitação continuada de docentes e mediadores pedagógicos, bem como políticas institucionais que assegurem o acesso equitativo às atividades presenciais. Tal desafio se intensifica para estudantes que conciliam múltiplas jornadas, como trabalho, maternidade e os estudos.

Para as mulheres que cursam a Licenciatura em Música na EaD, a mudança de formato pode gerar impactos ambíguos. Se, por um lado, o modelo semipresencial pode ampliar a qualidade da formação e proporcionar vínculos mais sólidos com a universidade, por outro, a exigência de deslocamentos e compromissos presenciais pode acentuar desigualdades já existentes, especialmente para mães, cuidadoras e moradoras de cidades distantes do polo. Diante desse cenário, torna-se urgente pensar em estratégias inclusivas que democratizem o acesso à pesquisa acadêmica, garantindo que essa transição não se torne um obstáculo para a emancipação intelectual e profissional dessas mulheres. Entre as propostas, destacam-se a criação de grupos de pesquisa com encontros híbridos e orientações virtuais; a abertura de editais específicos para mulheres em situação de vulnerabilidade; a formação de redes de apoio acadêmico entre estudantes e pesquisadoras; a valorização dos polos EaD como espaços ativos de pesquisa. Tais ações são essenciais para que a pesquisa acadêmica seja um direito acessível, e não um privilégio restrito.

Considerações



As experiências compartilhadas pelas licenciandas do curso de Licenciatura em Música na modalidade EaD da UERN evidenciam não apenas os desafios cotidianos enfrentados por mulheres no percurso formativo, mas também revelam estruturas persistentes que limitam o acesso à pesquisa e à produção de conhecimento. A sobrecarga de tarefas domésticas e profissionais, a maternidade, bem como os entraves tecnológicos e logísticos, não constituem obstáculos isolados; ao contrário, estão imbricados em normatividades que historicamente silenciam vozes das mulheridades e invisibilizam suas trajetórias acadêmicas.

A promulgação do Decreto nº 12.456/2025 representa um avanço para a Educação a Distância, ao enfatizar a qualidade acadêmica, a interação pedagógica e o compromisso social das instituições. Todavia, a análise da prática das licenciandas em Música da UERN/EaD revela que os princípios orientadores do decreto terão desafios para se materializarem plenamente, sobretudo no que tange à iniciação científica. O novo marco regulatório, embora promissor, não contempla diretrizes específicas para a pesquisa acadêmica na EaD, o que pode restringir o acesso de estudantes — especialmente mulheres em contextos de vulnerabilidade — às atividades de pesquisa científica. Ademais, a exigência de reconfiguração dos cursos anteriormente ofertados exclusivamente a distância para o formato semipresencial impõe desafios adicionais às instituições, demandando reestruturações pedagógicas e institucionais.

Ao reconhecer essas vivências como narrativas legítimas, este estudo contribui para a ampliação do debate sobre permanência, equidade e reconhecimento na educação superior. Tais relatos exigem escuta qualificada, análise crítica e ações institucionais que promovam condições concretas de inclusão e valorização da diversidade de corpos, experiências e saberes.

Mais do que apresentar dados empíricos, esta pesquisa assume um posicionamento ético e político: o de que mulheres — cisgênero, transgênero, intersexo e outras identidades que compõem as múltiplas mulheridades — devem ocupar com liberdade, dignidade e reconhecimento os espaços de criação, reflexão e produção científica. Embora todas as participantes da pesquisa se identifiquem como mulheres cisgênero, a ausência de outras identidades de gênero no curso analisado não é interpretada como dado neutro, mas como indicativo de barreiras estruturais que dificultam o acesso e a permanência de pessoas trans, intersexo e não binárias no ensino superior, especialmente em cursos de Licenciatura em Música na modalidade EaD.

Reconhece-se, portanto, que a construção de uma formação docente plural e inclusiva exige o enfrentamento dessas exclusões e a valorização de sujeitos historicamente marginalizados como legítimos produtores de conhecimento. Ainda que esta pesquisa não tenha aprofundado a discussão interseccionalidade nos dados ou nas referências, tal lacuna é



compreendida como um convite à ampliação crítica do debate, a ser explorado em investigações futuras da minha pesquisa e por pesquisadores comprometidos com a transformação das práticas educativas e com a promoção de justiça epistêmica

REFERÊNCIAS

BATTINI, Okçana; REIS, Sandra Regina; FRANÇA, Cyntia Simioni. A Legislação em EAD como Margem para o Estabelecimento de Programas de Iniciação Científica. *Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas*, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 202–208, 2016. DOI: 10.17921/2447-8733.2016v17n3p202-208. Disponível em: <https://revistaensinoeducacao.pgscogna.com.br/ensino/article/view/4157> Acesso em: 25 jul. 2025.

BESSA, Vergínia Batista; DIAS, Aparecida da Silva; SIMÕES, Débora de Souza Lourenço; SOUSA, Jéssica Alves de. Iniciação científica no ensino superior à distância: uma revisão sistemática de literatura no período de 2018 a 2022. *Revista Pesquisa Qualitativa*, São Paulo, v. 13, n. 34, p. 482–500, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.33361/RPQ.2025.v.13.n.34.828> Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 05 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025. Dispõe sobre a oferta de cursos de graduação na modalidade de educação a distância. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 maio 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20232026/2025/decreto/D12456.htm Acesso em: 01 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br> . Acesso em: 20 jun. 2025.

JOANA (nome fictício). Entrevista concedida a Jamilly Lidianne Freire de Mendonça via aplicativo WhatsApp. Natal/RN, 10/07/2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARIA (nome fictício). Entrevista concedida Jamilly Lidianne Freire de Mendonça via aplicativo WhatsApp. Natal/RN, 10 jul. 2025.

MORAN, José Manuel. *A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá*. 5. ed. São Paulo: Papirus, 2007.



PPC-MÚS-EAD. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Música na modalidade à Distância. Departamento de Artes. Faculdade de Letras e Artes. Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN. Disponível em: https://www.uern.br/controladepaginas/proeg-projetos-pedagogicos-central/arquivos/4226ppc_musica_ead_final_24.11.2020.pdf Acesso em: 05 jun. 2025.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/257862> Repositório LUME da UFRGS. Acesso em: 05 jun. 2025.

SILVA, Flavia Ferreira da. *Natureza e cultura: mulheridades em corpos plurais*. 2024. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1gljldsVpGTLRMxzBuRCN-h7DteqJhUZf/view> Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFRJ. Acesso em: 29 ago. 2025.

RITA (nome fictício). Entrevista concedida a Jamilly Lidianne Freire de Mendonça via aplicativo WhatsApp. Natal/RN, 30 jun. 2025.

